



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI

Palácio "Vereador José Sueco de Medeiros"

CNPJ 08.539.439/0001-07

Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

PROJETO DE LEI Nº 018

DE 22 DE AGOSTO DE 2022.

Dispõe sobre a proibição de admissão e contratação, para cargos e funções públicas, de pessoas condenadas por crimes contra os direitos das crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI-RN, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta lei estabelece exigências de moralidade e idoneidade para investidura de pessoas em cargos e funções da Administração Pública Municipal, em atendimento aos princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. Fica vedada, no âmbito da Administração Pública do Município de Acari, a admissão, a posse e o exercício, em cargos, empregos e funções públicas de órgãos da Administração Pública municipal, de pessoas condenadas pela prática de qualquer dos crimes previstos nas seguintes leis federais:

I – Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II – Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do idoso);

III – Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);

IV – Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e

V – Crimes tipificados no Capítulo II do Título VI do Código Penal (crimes sexuais contra vulneráveis).

Art. 3º. A proibição estabelecida no artigo 2º abrangem tanto o exercício de cargos de provimento efetivo quanto de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, e se aplica no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 4º. Equipara-se à admissão para cargo público, para os efeitos desta lei, a contratação de pessoas físicas para exercício de funções ou empregos públicos do Município, abrangendo inclusive os contratos temporários baseados no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e as contratações para



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI

Palácio "Vereador José Sueco de Medeiros"

CNPJ 08.539.439/0001-07

Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, de que trata o § 4º do art. 198 da Constituição.

Art. 5º. Os editais de concursos públicos e processos seletivos expedidos pelos órgãos do Município deverão prever o atendimento às restrições previstas nesta lei como requisito para posse ou contratação dos candidatos, conforme o caso.

Art. 6º. Considerar-se-á condenado, para os efeitos desta lei, aquele que tiver contra si decisão judicial condenatória transitada em julgado, por crime que se enquadre em qualquer das hipóteses do artigo 2º supra.

Art. 7º. Finda-se o impedimento de que trata o artigo 2º por ocasião da extinção da respectiva pena criminal, por qualquer modo, ou pelo término da sua execução.

Art. 8º. Obrigatoriamente, antes da posse ou contratação, o nomeado ou contratado terá ciência das restrições previstas nesta lei e declarará por escrito se encontra-se ou não inserido nas vedações previstas no artigo 2º, para fins de exercício do cargo ou função pública.

§ 1º. Faculta-se ao órgão municipal exigir a apresentação de certidões dos órgãos judiciais competentes a fim de comprovar a inoccorrência das situações impeditivas estabelecidas nesta lei, no que couber.

§ 2º. Em sendo verificado posteriormente que houve a prestação de informação falsa ou incompleta, que tenha negado ou omitido a existência de qualquer situação impeditiva, será *incontinenti* anulada a nomeação ou o contrato, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Plenário Vereador Antônio Ferreira da Costa, em 22 de agosto de 2022.

RUDYSON RIC DA SILVA SANTOS

Vereador



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI

Palácio "Vereador José Sueco de Medeiros"

CNPJ 08.539.439/0001-07

Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

Anexo Único – Modelo de Declaração

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu, _____ (nacionalidade, estado civil, domicílio, RG, CPF), DECLARO, sob as penas da lei, que tenho pleno conhecimento do disposto no art. 2º da Lei Municipal nº ____/2022 de _____, bem como do disposto nos dispositivos de leis federais nela mencionados (notadamente dos crimes tipificados nas Leis nºs 8.069/1990, 10.741/2003, 11.340/2006, 13.146/2015 e no capítulo II do título VI do Código Penal), e, diante disso, DECLARO NÃO INCORRER EM NENHUMA DAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO para nomeação ou contratação para o exercício de funções, cargos e empregos na Administração Pública deste Município.

Assumo, ainda, o compromisso de comunicar ao superior hierárquico eventual impedimento superveniente que venha a ocorrer.

Local e data.

Assinatura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI

Palácio "Vereador José Sueco de Medeiros"

CNPJ 08.539.439/0001-07

Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

Justificativa

Apresento aos colegas vereadores o presente projeto de lei que visa estabelecer regras para fins de aplicação do pré-requisito de idoneidade dos cidadãos a serem admitidos para cargos públicos de qualquer natureza da Prefeitura e da Câmara Municipal de Acari.

Para tanto, o projeto propõe proibir a posse, a contratação e o exercício desses cargos por pessoas que tenham sido condenadas por crimes contra as crianças e adolescentes (previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90), contra os idosos (Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003), contra as mulheres (Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006), contra as pessoas com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015) e crimes sexuais contra vulneráveis (previstos no Código Penal).

A proteção a esses grupos de cidadãos representa um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, porém a realidade nos tem mostrado que o poder público e a sociedade precisam fazer algo mais para protegê-los, e isso abrange a manifestação mais enfática de reprovação da conduta dos que violam os direitos dessas pessoas, assim como a imposição de maiores consequências para tais atos.

Ao mesmo tempo, a restrição ora proposta se justifica porque os cidadãos que praticam tais condutas criminosas e desonrosas demonstram falta de idoneidade e de capacidade moral para exercerem cargos e funções públicas, devendo ser preservada a imagem e a atuação dos órgãos públicos do Município de sua presença. Até porque também, em tese, seria possível que tais cidadãos, em virtude das funções que exerçam, viessem a atuar nos órgãos responsáveis pela própria prevenção e combate às condutas que praticaram, assim como por lidar com crianças, idosos e pessoas com deficiência, o que seria absolutamente indesejado e temerário para a Administração Pública e para a sociedade.

Afinal, a Administração é responsável pela manutenção do bem-estar de toda a sociedade, atuando em diversas políticas públicas, e não é aceitável que seu compromisso com a lei e com a proteção dos grupos mais frágeis seja posta em risco ou em dúvida.

Com esta medida, espera-se estar desestimulando ainda mais a prática de crimes contra esses grupos mais frágeis, e atendendo à expectativa legítima da sociedade de que os servidores públicos de forma geral – ou seja, aqueles que são remunerados com recursos públicos – sejam pessoas minimamente comprometidas com o respeito às crianças e adolescentes, às mulheres, aos idosos e às pessoas com deficiência, não apenas no discurso, mas também na prática de sua vida social.

Via de regra, os agentes públicos devem servir como exemplos positivos para a sociedade, e não negativos, especialmente no tocante à reprovação a qualquer tipo de violência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI

Palácio "Vereador José Sueco de Medeiros"

CNPJ 08.539.439/0001-07

Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

Quanto à legitimidade da iniciativa parlamentar deste projeto de lei, ela é respaldada por jurisprudências do Supremo Tribunal Federal que consideram que a matéria ora tratada não se refere propriamente ao tema dos servidores públicos, que seria de iniciativa exclusiva do prefeito, mas sim com a aplicação do princípio constitucional da moralidade nos atos da Administração Pública, um paradigma que pode e deve ser buscado por todos os agentes públicos, não havendo, portanto, impedimento para que projetos desta espécie sejam propostos por iniciativa de vereador.

No recurso extraordinário nº 1.308.883, ao julgar a validade de uma lei municipal aprovada no Município de Valinhos-SP, o STF entendeu que o projeto de lei que veda a nomeação de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha não dispõe propriamente sobre provimento de cargos públicos, mas sim visa "dar concretude aos princípios elencados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independe de lei em sentido estrito e não se submete a uma interpretação restritiva".

Em sentido semelhante, o STF também já possui consolidado em sua jurisprudência, desde 2015, o Tema nº 29 da Repercussão Geral, afirmando a tese de que "não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública" (ou seja, lei que veda a nomeação de parentes de agentes políticos), e que "leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade do art. 37, *caput*, da Constituição da República, que, ademais, têm aplicabilidade imediata, ou seja, independente de lei".

Face ao exposto, solicito aos colegas vereadores a aprovação deste projeto, por se tratar de matéria de relevante interesse para a comunidade.

Acari/RN, 22 de agosto de 2022.

RUDYSON RIC DA SILVA SANTOS

Vereador